

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.197 - ES (2019/0355558-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : GEOVANE ROSA HERMES (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GEOVANE ROSA HERMES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no julgamento do HC n. 0013376-93.2019.808.0000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 12/04/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado (fl. 64):

EMENTA: HABEAS CORPUS TRÁFICO DE DROGAS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. SUPERADA NULIDADE. CONVERSÃO FLAGRANTE EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. HABEAS CORPUS NEGADO.

1. *Em sentido diverso do que sustenta o impetrante, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que fica superada a alegação de nulidade porventura existente em relação à ausência de audiência de custódia, quando realizada a conversão da prisão em flagrante em preventiva.*

2. *Ad argumentandum tantum, a autoridade coatora suficientemente indicou a presença de suficientes indícios de autoria e materialidade quanto à prática do delito imputado ao paciente, e apresentou argumentos pela necessidade de conversão de sua prisão em flagrante em prisão preventiva, por garantia da ordem pública e para aplicação da lei penal.*

3. *Importante ressaltar que, não apresentadas provas em sentido contrário, merece confiança os argumentos perpetrados pelo juízo a quo para manutenção da custódia cautelar.*

4. *Ordem conhecida e denegada.*

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação

Superior Tribunal de Justiça

idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição do competente alvará de soltura em favor do recorrente, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator